

CRISE DE ACUMULAÇÃO EM UM GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES: O CASO DO PT

Bruno Duarte¹

Resumo

Tomando como referência o Estado ampliado, um momento de continuidade da teoria marxista do estado, e a estratégia da democracia de cooptação o objetivo desse artigo é conceber algumas considerações de como se deu a conciliação de classes que perdurou durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores. Além disso, é pertinente a este artigo aprofundar o entendimento de como ocorreu o esgotamento desta estratégia de aliança ao longo do governo petista. Para tanto, os treze anos do PT no poder foram divididos em dois momentos. O primeiro momento consiste no período Lula, onde há o crescimento que servira de base para a conciliação. Já o segundo momento equivale ao período Dilma, onde se observa uma crise de acumulação que auxilia no fim da estratégia de aliança e no acirramento da luta de classes.

Palavras-chave: Brasil; crise de acumulação; conciliação de classe

Abstract

Taking as a reference the enlarged state, a moment of continuity of the Marxist theory of the state, and the strategy of the democracy of cooptation the objective of this article is to contemplate some considerations of how the conciliation of classes happened that lasted throughout the government of the Party of the Workers. In addition, it is pertinent to this article to deepen the understanding of how the exhaustion of this alliance strategy occurred throughout the PT government. For that, the thirteen years of the PT in power were divided in two moments. The first moment consists of the Lula period, where growth has served as the basis for conciliation. The second moment is equivalent to the Dilma period, where there is a crisis of accumulation that assists in the end of the alliance strategy and in the intensification of the class struggle.

Key-words: Brazil; accumulation crisis; class conciliation

¹ Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas – LEMA/IM/UFRRJ e graduando do Curso de Ciências Econômicas IM/UFRRJ. Email: brunoduarte@bol.com.br

Introdução

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2002, era esperado que as desigualdades estruturais da sociedade brasileira tivessem, a partir daquele momento, um oponente com força suficiente para romper seus laços. Entretanto, os que tinham esperanças no PT não levaram em conta que o partido, optou por fazer uma política de conciliação de classes entre sua base social histórica e setores da burguesia dominante.

Ao fazer este pacto o partido se comprometeu em seguir as regras do jogo e não fazer mudanças estruturais no modo de acumulação brasileiro. Com estes termos se entende por que a classe dominante aceitou o projeto de conciliação. Assim, durante os governos petistas, o que temos para a classe trabalhadora é uma mistura de apassivamento e serviços precários, enquanto que para os capitalistas nacionais e internacionais são subsídios, benefícios, apoio, entre outros. Ademais, tudo isto foi possível através da estratégia de surfar nos mercados internacionais. Até que a onda virou uma marolinha, sendo não mais possível surfar como antes.

Com a chegada da crise, o crescimento baseado nos mercados externos se esvai e assim as frágeis bases em que se fundava este governo de conciliação são expostas com a volta do conflito distributivo entre as classes. Conflito que durante o governo petista foi acalmado consensualmente e coercivamente. Portanto, foi esta conciliação que fez possível a permanência do partido na presidência. E foi o seu fim que tirou o partido do poder com o golpe de 2016.

A fim de entender o que de fato aconteceu no Brasil, mais precisamente na estrutura do Estado brasileiro durante este governo, é necessário recorrermos a Marx e sua visão do Estado dentro da ordem capitalista. Visão esta que Gramsci aprofunda vivendo em uma época de maior socialização da política. E junto a estes dois, temos Florestan Fernandes que, a partir desta teoria marxista do Estado, pensou e desenvolveu como se deu a revolução burguesa no Brasil. Na primeira seção é feita uma síntese da teoria marxista do Estado, até a contribuição de Florestan, apresentando elementos do caso brasileiro. Em seguida, na segunda seção, é visto como se desenvolve a democracia de cooptação no governo petista, durante o governo Lula, no auge do crescimento econômico, e depois, o esgotamento de tal forma de democracia, durante a crise de acumulação vivida no governo Dilma, conduzindo ao seu impedimento em 2016.

1 - Teoria marxista do Estado em terras tupiniquins: a democracia de cooptação

Marx em sua crítica do capitalismo buscou partir das condições materiais em que vivem os indivíduos na sociedade burguesa. No embate contra o idealismo hegeliano, concebe o embrião fundador de seu método de pesquisa que, ao longo dos tempos, servirá de base para diversos pensadores da tradição marxista. Tal embrião se forma, conforme evidenciado por Borja (2014: 2), quando Marx une, em seu duelo com a tradição idealista, “o pressuposto materialista e a lógica dialética, para apresentar uma filosofia que busca nas bases materiais os fundamentos das superestruturas ideológicas formadas na sociedade”.

As contribuições da escola gramsciana à teoria marxista, representam um momento de continuidade e, de certa forma, também uma “ampliação” da teoria do Estado. Ampliação no sentido de ser um ponto de vista marxista que engloba muitas determinações do fenômeno estatal, condensadas na construção do conceito de Estado, diferente do ponto de vista “restrito” que é concentrado em poucas determinações da esfera estatal. Assim, quanto mais determinações forem atreladas à construção do conceito de Estado, mais concreto será a concepção. Do mesmo modo, quanto mais restrita a visão marxista, mais abstrata será a mesma. Dito isto, com a entrada de novas determinações na concepção marxista, Coutinho (1994: 17) nos informa da necessidade de uma “superação dialética da concepção ‘restrita’ do Estado, na medida em que o próprio Estado se ampliou objetivamente”.

Prosseguindo, façamos um paralelo entre Marx e Gramsci. Marx ao definir o Estado como o “comitê das classes dominantes”, ou seja, percebendo o caráter ditatorial do Estado, estava apenas visualizando o que se sobressaía como o principal aspecto do fenômeno estatal em sua época. Já Gramsci trabalha em uma época onde o fenômeno estatal sofreu uma ampliação efetiva. Gramsci ao bater de frente com o que lhe rodeava percebeu uma maior socialização da política. Segundo Coutinho (1994: 52-53), a “esfera política ‘restrita’ [...] cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa”. De fato, ao perceber isto, Gramsci pode elaborar uma teoria marxista ampliada do Estado. Cabe lembrar que é uma ampliação no sentido dialético, portanto, os elementos que Gramsci introduz não eliminam o princípio fundamental da Teoria restrita de Marx, ou seja, o caráter repressivo do Estado e sua natureza de classe, mas o realoca e o altera ao fortalecê-lo por meio do surgimento de novos fenômenos que se sobressaem.

Explicado isto, podemos avançar nas contribuições gramscianas à teoria. Para Gramsci o Estado não era apenas um aparelho de repressão utilizado pela burguesia, pois no Estado também se incluía a hegemonia burguesa na superestrutura. Assim, do ponto de vista de Gramsci o fenômeno estatal engloba duas esferas: a sociedade política, que, de maneira geral, se refere ao conjunto de mecanismos de governo e repressão utilizados pela burguesia para manter seu domínio; e a sociedade civil, que é formada pelo conjunto de organizações de classe onde é possível formular e propagar ideologias. Assim, podemos dizer que a principal inovação agregada por Gramsci à teoria marxista do Estado foi afirmar que o fenômeno estatal não é apenas composto pela sociedade política como foi concebido por Marx, mas sim pela junção da esfera da sociedade política com a esfera da sociedade civil.

No que diz respeito à esfera da sociedade política, Marx e Engels (2008: 12) afirmam no *Manifesto Partido Comunista* que “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”. Neste pequeno trecho da obra de Marx podemos sintetizar a teoria do Estado “restrito”: nada mais que o domínio de uma classe sobre outra. E que, segundo Coutinho, despolitiza a sociedade civil e faz uso da coerção. Já em Gramsci não há uma profunda diferenciação do significado da esfera sociedade política, pois, como deixa claro Coutinho (1994: 53), esta “designa precisamente o conjunto de aparelho através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência”, ou seja, os aparelhos estatais de coerção, como o aparato burocrático e as forças da repressão policial e militar.

Avançando, chegamos na principal diferença adicionada por Gramsci à teoria marxista do Estado: a esfera sociedade civil. Em Marx a esfera da sociedade civil é controlada pela classe dominante, sendo o Estado uma expressão dessa dominação. Assim, “sociedade civil”, em Marx, tem a ver com o conjunto de relações burguesas de produção, sendo, desta forma, derivada da base econômica e social. Daí o motivo do Estado ser expressão do domínio da sociedade civil pela classe burguesa. Partindo de uma análise materialista, vemos que a base econômica e social (sociedade civil) determina a superestrutura (Estado), e a última, por sua vez, determina também a base, seguindo assim um movimento dialético.

Entretanto, como afirmou Borja (2014: 12), enquanto Marx acaba “identificando a sociedade civil à base econômica”; Gramsci termina “relacionando a sociedade civil à superestrutura”. Ou seja, bebendo da mesma água que Marx, quero dizer Hegel, Gramsci elabora seu conceito de sociedade civil. O que o leva a uma definição distinta que Marx

concebeu. Para ele a esfera da sociedade civil faz parte da superestrutura junto com a esfera da sociedade política. Conforme Coutinho sintetiza, sociedade civil para Gramsci se refere ao:

conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. (COUTINHO, 1994: 53-54).

Contudo, para o marxista sardo são necessários os aparelhos privados para que a burguesia possa exercer sua hegemonia através do consentimento, e não somente através da força. Assim, vemos que o conceito de sociedade civil começa em um Estado restrito, com Marx, aliado à base econômica e social, e passa da base para a superestrutura com Gramsci, quando, já em uma época de mais socialização da política, é necessário à classe burguesa utilizar a esfera da sociedade civil para impor sua hegemonia.

Tal necessidade de impor a hegemonia não é só necessária à classe burguesa, também é necessária ao capital que, segundo Mauro Iasi (2012: 285), “em sua forma madura, parasitária, exige que seu domínio implique em um grau cada vez maior de cooptação e apassivamento do proletariado”. Segundo Gramsci, para que esta cooptação e apassivamento da classe subalterna ocorra cada vez em maior grau é necessário “um ‘transformismo’, ou seja, uma “absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliáveis inimigos” (GRAMSCI apud IASI, 2012: 285). Indo além, como poderia se dar tal absorção de um adversário pelo outro? Para encontrarmos a resposta para esta pergunta é necessário visitar o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes.

A Democracia de cooptação aparece em *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes como uma das opções para que a burguesia resolvesse seu problema de hegemonia. Opção esta que é descartada por Florestan (1976: 365) porque para ele a problemática só poderia ser resolvida “‘dentro da ordem’, não pela atenuação, mas pelo recrudescimento do despotismo burguês”, assim, a resolução não seria com uma abertura “para abaixo” como se apresentava a ideia de democracia de cooptação. A democracia de cooptação conforme sintetizado por Iasi (2017: 297), “buscaria a incorporação de setores das classes trabalhadoras e dos extratos explorados na ordem capitalista burguesa, ainda que nos marcos do capitalismo dependente”. Portanto, “ a ordem poderia oferecer pouco aos trabalhadores em troca de sua aceitação da ordem burguesa, mas mesmo este pouco seria considerado muito pelos setores

burgueses no controle do Estado”. Deste modo, Mauro Iasi (2012: 316) explicita a base da democracia de cooptação, sendo esta “a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta ao mesmo tempo que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto, da acumulação privada, aumentando a pobreza relativa”.

A democracia de cooptação, de certa forma, impulsiona o transformismo conceituado por Gramsci, visto que numa democracia deste tipo existe cada vez mais absorção da classe trabalhadora nos limites da ordem capitalista, além de apassivamento da classe. Todavia, para que esta democracia particular seja viável é necessário que ocorra um “transformismo”. Ou seja, quando “uma força política própria da classe trabalhadora passa ao campo moderado, primeiro rumo ao centro do espectro político e depois com o desenvolvimento dos compromissos de governabilidade, para uma aliança” (IASI, 2012: 312).

Logo, o que está diante de nós é uma relação de troca, o transformismo dá o primeiro impulso à democracia conforme evidenciado pela citação. E, com a democracia de cooptação já plena, o favor é retribuído com a absorção da classe ocorrendo em uma escala maior. Por fim, podemos concluir que o transformismo dá forma ao sistema político perfeito para sua reprodução em uma escala cada vez maior. É necessário deixar claro que não é um sistema infinito, afinal tudo que é sólido um dia se desfaz no ar². Ademais, ao mesclar o conceito gramsciano de “transformismo” com o conceito “florestaniano” de democracia de cooptação, temos o fio da meada para entender o Brasil durante os governos petistas. Após explicitadas as questões teóricas, podemos avançar a análise da conjuntura político-econômica brasileira.

2 – A esperança não venceu o medo: PT no poder e conciliação de classes

Como dito antes, para que ocorra uma democracia de cooptação, o tipo de política que mais beneficia o bem-estar da ordem burguesa enquanto mantém a paz entre as classes, é necessário que ocorra um transformismo de uma grande força de esquerda. No Brasil tal necessidade burguesa foi saciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que, ao optar por uma aliança com a elite no poder, conseqüentemente permaneceu dentro da ordem burguesa. Estes fatos foram consumados pelo pacto proposto na famosa carta aos brasileiros de Lula³. Assim, ao se aliar com a elite, que apostava no PT pós-carta para segurar o potencial revolucionário do

² Alusão a uma frase do Manifesto Comunista de Marx e Engels. Eis a frase: “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e suas relações com os outros homens”.

³ Carta publicada em 22 de junho de 2002 antes das eleições presidenciais, onde Lula se comprometia com a realização da estabilidade econômica.

povo, é que o partido consegue vencer as eleições de 2002. De acordo com Plínio (2017: 177), para chegar ao poder o PT precisou conciliar duas premissas que sustentaram o pacto: “a obediência às exigências dos donos do poder econômico e a contenção do descontentamento das classes subalternas”

Assim, ao chegar ao poder em 2003, Lula da Silva coloca em prática o tipo de governo que marcaria o Brasil da era PT, uma democracia de cooptação em pleno desenvolvimento. Quanto mais se coopta, mais desenvolvida será este tipo de democracia. Além disso, é necessário fincar as bases que sustentaram esta forma de democracia para que ocorra a legitimação do status quo e o impedimento do conflito social durante um governo deste tipo. No nosso caso as bases são, segundo Plínio (2017: 192), o “bom andamento dos negócios e a passividade das massas”. Digo no nosso caso, pois as bases não necessariamente são as mesmas em todos os casos, não há uma regra geral, elas variam de caso a caso de acordo com as especificidades históricas do local analisado. Continuando, para que possamos analisar como se fincaram tais bases durante o governo do PT, façamos um breve resumo do período Lula com ênfase em seus aspectos econômicos e sua relação com os movimentos sociais.

2.1 – Governo Lula: nunca se cooptou tanto quanto neste governo⁴

Nos primeiros oito anos do governo do PT a democracia de cooptação foi se consolidando de forma plena sobre as frágeis bases que foram plantadas. Neste período, o partido “optou pela continuidade do ajuste ortodoxo, aceitando docilmente a tutela do mercado financeiro e dos organismos financeiros internacionais sobre a política econômica” (SAMPAIO JR., 2017: 48). Também, buscou a confiança dos capitais internacionais seguindo à risca as recomendações do FMI e, dessa forma, aprofundou as reformas neoliberais no país. O governo atribuiu os positivos resultados obtidos, que levaram a acumulação capitalista em terras brasileiras às alturas, a estas reformas. Entretanto, hoje já é bem claro que não foram as reformas neoliberais que ampliaram o grau de acumulação no país. O que acarretou a maior taxa de acumulação capitalista no país e o conseqüente crescimento econômico foram a forte ampliação da oferta de investimento estrangeiro direto e a expressiva elevação dos preços das commodities. Todavia, este modo de impulsionar o crescimento também ampliou o grau de dependência de capitais externos da economia brasileira. Em relação a este crescimento econômico durante o governo Lula, Ivan Valente (2017: 62) afirma que ele “serviu de

⁴ Alusão a uma frase do ex-presidente Lula dita em 2009. Eis a frase: “Se tem uma coisa que nenhum empresário brasileiro pode se queixar nos meus seis anos de mandato é que nunca se ganhou tanto dinheiro como no meu governo”.

blindagem para a principal crise que viria no primeiro governo, o chamado escândalo do mensalão”. Contudo, podemos afirmar que o governo conseguiu fincar, de maneira fragilizada uma das bases em busca da manutenção de um governo de conciliação de classes, isto é, durante o governo Lula o crescimento econômico baseado nos mercados externos propiciou as bonanças nos negócios, para tanto, também fortaleceu a dependência de recursos externos.

No que diz respeito aos problemas estruturais do capitalismo, podemos dizer que o governo ignorou as contradições do capitalismo dependente e impulsionou o neodesenvolvimentismo que, segundo Plínio (2017: 158), “consiste em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo com os aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo”. Ou seja, no neodesenvolvimentismo o Estado é visto como uma força de ação coletiva que almeja alcançar os diferentes objetivos das classes. Ademais, neste modelo econômico o crescimento é visto como meio para enfrentar as desigualdades.

Quanto ao modelo, Plínio (2017: 160) afirma que “ao ignorar as contradições estruturais que regem o movimento da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo [...] simplesmente renuncia a problemática do desenvolvimento”. De certa forma, o modelo econômico seguido ajuda a explicar as políticas sociais da época. Políticas maquiadoras, ou seja, que remediavam os efeitos, e não o verdadeiro problema da desigualdade. Políticas que apenas compensavam, pois neste modelo econômico a desigualdade é naturalizada.

Sobre o apassivamento da classe trabalhadora, a outra base desta forma de democracia, se dá com “o controle dos principais sindicatos e a cooptação dos movimentos sociais” o que faz com que os trabalhadores organizados se desmobilizem. Além disso, segundo Badaró (2012: 2-3), durante o governo Lula, que chegou “ao fim de seu segundo mandato avançando para a retirada de direitos dos trabalhadores”, ocorreu um maior aprofundamento do controle do Estado sobre os sindicatos. Ademais, ameaças pairavam sobre os sindicatos que se mantiveram mais combativos. E quando mecanismos de consenso não funcionavam, mecanismos de coerção eram usados para dar fim a greves. Plínio. aponta que a manutenção da classe subalterna:

levou os governos petistas a introduzir basicamente três mudanças na gestão do Estado: ampliação dos programas de assistência social para atender os desvalidos; moderação dos exageros no arrocho salarial para acalmar os sindicatos; e maximização no crescimento econômico para potencializar a geração de empregos e reavivar o mito do crescimento como solução para os males do Brasil. (SAMPAIO JR., 2017:171).

Ou seja, políticas de apaziguamento, próprias também do neodesenvolvimentismo, que cede um pouco para não perder o controle, mas não se avança, pois, a necessidade de obedecer a classe dominante não permite. Contudo, além destes modos já citados de apaziguar as classes subalternas, também se fez necessário, durante o governo Lula, e durante todos os governos petistas, estratégias de “contenção” para segurar o potencial explosivo da classe trabalhadora dada as condições precárias em que vivem no Brasil. Badaró (2012) identificou três estratégias decisivas para o governo petista:

1. A primeira delas é a violência institucional, ou a dominação mantida pela coerção mais extrema. Badaró ao utilizar o Rio de Janeiro como exemplo, evidenciou a instalação de ocupações policiais permanentes nas regiões periféricas e nas favelas, o cercamento de algumas favelas com muros e a atuação da polícia que no Rio é armada para a guerra.
2. Outra estratégia é a da contenção pela assistência, que visa políticas de assistência social para o setor mais pobre da população. Assim, o governo Lula consolidou e impulsionou alguns programas do governo FHC para um público maior, como no caso do Programa Bolsa Família. Tal estratégia é uma forma eficiente de enfraquecer os movimentos sociais, pois oferece certas dificuldades aos mesmos em conquistar para a luta o povo beneficiado pelos programas de compensação.
3. Por último, Badaró destaca a estratégia:

do investimento ideológico nas propostas de empreendedorismo, empregabilidade, inserção social, entre outras, na maior parte das vezes feitas diretamente pelos grandes grupos capitalistas, através de fundação privadas, ONGs e entidades empresariais, mas com apoio e subsídio governamental. (BADARÓ, 2012: 5).

Todas estas estratégias foram utilizadas pelo governo e publicizadas pelo monopólio midiático que ainda apoiava Lula. Por fim, ao desmobilizar os movimentos sociais e perder a ampla maioria de sua base popular, o partido se apoiou cada vez mais na aliança para permanecer no poder. Diante disto, Valente (2017: 62) destaca que, “a perda de apoio nos chamados formadores de opinião fez com que as campanhas eleitorais do PT [...] se tornassem mais caras [...] abrindo caminho para relações espúrias, troca de favores e corrupção”.

Eis aqui o coração de uma democracia de conciliação de classes: o apaziguamento da classe trabalhadora, aliado à bonança nos negócios – estas são as bases que o PT fincou nos seus primeiros anos no governo. Porém é necessário reconhecer a fragilidade de tais bases, tendo em vista que uma delas depende da outra, quero dizer, pelo modelo econômico seguido

ser o neodesenvolvimentista, para que a passividade das massas continuasse ocorrendo, seria necessária que as tranquilidades nos negócios continuassem. Com o intuito de preservar esta tranquilidade, o mais sábio a se fazer era pensar em uma alternativa que provesse um desenvolvimento sustentável quando o crescimento baseado numa dependência dos mercados externos estagnasse. Entretanto, no neodesenvolvimentismo, crescimento e desenvolvimento são similares, isto é, para desenvolver basta crescer, o que não é sempre verdade. Em suma, a questão se explicitou na prática quando a torneira dos capitais externos foi fechada. Bem-vindos ao segundo ato do governo petista, onde as fragilidades das bases são expostas.

2.2 – Governo Dilma: pedalando em vias perigosas

Ao chegar no governo, em 2011, Dilma se depara com o esgotamento da estratégia de crescimento via capitais externos, modo pelo qual se sustentava uma das bases da democracia de cooptação implantada no Brasil. Logo, as condições que davam sustentação ao pacto começaram a ruir. Segundo Plínio, o governo respondeu “aprofundado os estímulos ao consumo das famílias e subsídios às empresas”. Estratégia esta que não funcionou, pois:

o Estado de incerteza estrutural gerado pelo impacto devastador da crise econômica mundial sobre a economia brasileira, cujo principal sintoma é o processo de desindustrialização, faz com que os empresários relutem em imobilizar seus capitais na esfera produtiva. (SAMPAIO JR., 2017: 172).

Desta forma, a crise da economia internacional, com a desaceleração do crescimento chinês; e o baixo crescimento dos EUA, arrastou a economia brasileira para a recessão. Por isso que as bases foram forjadas de maneira frágil, pois qualquer queda no mercado internacional pode influenciar de maneira perversa a economia do Brasil. Nas palavras de Plínio (2017: 171), este padrão de acumulação de capital deixou a economia “à mercê da lógica especulativa e extorsiva do grande capital financeiro e mercantil, internacional e nacional”. E, de fato, essa dependência acabou se consumando, quando o agravamento da crise mundial comprometeu o valor das commodities junto a uma depressão na demanda. Portanto, logo os espaços para o aumento da exportação foram fechados.

Em seguida, vendo que o comércio com o mercado externo estava se retraindo, o governo resolveu apostar no mercado interno. No entanto, este mercado durante todo o período de progresso apenas foi estimulado através da diversificação do consumo. E, naquele momento, esta possibilidade de ampliar o mercado interno para compensar a retração das exportações era restrita, tendo em vista que a crise internacional acarretou um agravamento das incertezas. Este

agravamento, por conseguinte, desestimulava a realização de investimentos. Também, para Plínio (2017: 172), “o compromisso das autoridades econômicas em gerar superávits primários bloqueia a possibilidade de realização de uma efetiva política anticíclica de gasto público”. Portanto, o que o governo tenta fazer é elevar a demanda agregada através de um aumento artificial da propensão a consumir. Todavia, a estratégia de estimular as famílias às compras não é sustentável em certas conjunturas, pois:

o endividamento insustentável das famílias é um grande problema macroeconômico, pois, em momentos de retração econômica, a inadimplência generalizada não apenas potencializa as pressões recessivas como também fragiliza diretamente o sistema brasileiro. (SAMPAIO JR., 2017: 166)

Em síntese, com a economia praticamente estagnada, com a exaustão do modelo de surfar nos capitais externos, as contradições foram plenamente explicitadas, quando os EUA anunciaram a elevação dos juros no segundo semestre de 2013. Sem dúvidas, com o crescimento estagnado, o conflito de classes voltaria a se acirrar. E não demorou muito, pois, no mesmo semestre em que a realidade econômica brasileira veio à tona através da elevação dos juros americanos, surgiram as manifestações que entraram para história como as jornadas de junho de 2013. Tais revoltas fizeram:

emergir as terríveis contradições de uma modernização fútil e de uma política econômica que ignora os interesses fundamentais da população, o governo do PT não hesitou em fechar fileira com a preservação da paz social e a defesa do status quo. O pânico com a presença do povo nas ruas selou a transformação definitiva do PT em partido da ordem. (SAMPAIO JR., 2017: 180)

Apesar dos protestos de 2013 serem, aparentemente, contra todo o sistema político brasileiro, é perceptível que os danos foram maiores para o partido no poder. Pois, agora, além de não ter mais o crescimento como base para garantir as tranquilidades nos negócios, também não tinha mais o povo em repouso. Decerto, com o desmoronamento da calma nos negócios, era só questão de tempo para o fim do apaziguamento das massas. Embora o PT tenha ignorado, recriminado e, por fim, combatido a retomada das mobilizações sociais, o que se toma forma é uma conjuntura de instabilidade econômica e desconfiança de parte da burguesia se o governo manteria sob controle a classe subalterna.

Prosseguindo, é nas condições expostas anteriormente que ocorrem as eleições de 2014, onde fica claro que o partido que conservava a ordem, não podia mais contar apenas com o apoio do bloco no poder para se eleger, pois este não era mais como antes. Desse modo, o PT “adotou em sua campanha um discurso voltado aos segmentos mais pobres e aos movimentos sindicais e sociais, prometendo a continuidade da elevação da renda do trabalho e da inclusão social” (PINTO et al, 2017: 12-13). Entretanto, após Dilma vencer as eleições para o seu segundo mandato, ocorre um estelionato eleitoral, isto é, o governo assume a cartilha econômica que foi rejeitada nas urnas. Assim, o governo perde base em um primeiro momento e ainda gera o acirramento das mobilizações sociais, embora de maneira desorganizada.

Em 2015, o Brasil ainda vive uma crise que pode ser explicada por dois fatores econômicos, segundo Pinto et alli. O primeiro, já citado, decorre dos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira. O segundo tem a ver com erros econômicos do governo Dilma: “1) a priorização do investimento do setor privado em detrimento do investimento da Administração Pública; e 2) o ajuste fiscal em 2015, que transformou o baixo crescimento em recessão” (PINTO et alli, 2017: 8). Em relação ao ajuste fiscal, além de ser o principal gatilho para o aumento da crise, ele não serviu nem para estabelecer o vínculo entre o PT e o bloco no poder. Como resultado disto, o que temos é a volta de um conflito distributivo, que se deu após a classe trabalhadora ter seus salários elevados sobre o rendimento fazendo com que a taxa de rentabilidade caísse quando a acumulação brasileira sofreu o movimento de estagnação.

Ainda de acordo com Pinto et alli (2017: 12), “o aumento do conflito distributivo e a dificuldade da gestão petista em controlar os conflitos provocaram uma paulatina desconfiança do bloco no poder da forma petista de governar”. Arelado a isto, com o agravamento da crise de acumulação, tanto a remuneração dos trabalhadores quanto ao lucro capitalista despencaram, dessa maneira, a elite no poder passou a defender de maneira agressiva reformas neoliberais como meio de destrava acumulação. Simultaneamente a isto, conforme o observado por Valente:

o governo Dilma, mesmo não enfrentado diretamente os interesses da elite, não era capaz de cumprir a agenda dessa classe social. Ataques mais duros aos direitos dos trabalhadores eram vislumbrados, como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e os cortes de gastos sociais. (VALENTE, 2017: 63)

Assim, sem as reformas e com os efeitos da Operação Lava-Jato ampliado a crise política, o bloco no poder pensa numa alternativa que pudesse lhe oferecer uma solução para a crise de acumulação, pois, neste momento, o PT já estava passando de estabilizador da ordem para impossibilitador da mesma. Dessa forma, começa a contraofensiva reacionária. Sendo mais específico, quando o PMDB aparece com uma alternativa melhor que o PT e apresenta-a ao bloco no poder, é que esta elite começou a apoiar o impedimento da presidenta Dilma⁵, que se recusava a atacar os trabalhadores de forma mais danosa. O fato do PMDB, partido até então aliado do PT, ter oferecido a alternativa, rachando o bloco no poder, pode ser explicado pela posição do Partido dos Trabalhadores ao decidir “que seus deputados não apoiariam o presidente da Câmara dos Deputados na Comissão de Ética”. Com isto, “sua base de sustentação parlamentar deslocou-se ainda mais para a direita e o governo ruiu” (SAMPAIO JR., 2017: 237). Assim, o governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores se desestruturou, diante dos limites que a crise de acumulação colocou para a democracia de cooptação.

Considerações Finais

Ao partir da concepção ampliada do Estado, chegamos ao conceito de transformismo formulado por Gramsci, que define o momento em que uma força de esquerda de forte influência se une com o centro em prol de uma aliança benéfica apenas para a manutenção do capital. Juntando este conceito com o conceito formulado por Florestan Fernandes de democracia de cooptação, onde ocorre o crescimento da taxa de acumulação de capital enquanto a classe subalterna está apaziguada, percebemos que há um complemento mútuo entre os dois. Partindo disso, foi possível compreender um pouco melhor o que se passou durante os 13 anos do governo petista.

Como analisado, durante o governo Lula, as bases que sustentariam a democracia de cooptação foram plantadas, no caso o apaziguamento da classe trabalhadora e a tranquilidade nos negócios. Entretanto, o que se percebe ao se aprofundar neste período é tais bases foram fincadas de maneira frágil, pois uma dependia do bom andamento da outra. Enquanto também havia uma relação de dependência externa para a continuidade do crescimento, dependência que foi se agravando ao longo dos anos.

⁵ É digno lembrar que, dentre as várias formas de opressões enraizadas na sociedade brasileira, uma das que mais se sobressaem é o machismo. Sabendo disso, a oposição o usou como uma das formas de atacar a presença de mulheres na política durante o fim do governo Dilma. Como exemplo temos a reportagem da revista IstoÉ publicada em 1º de abril de 2016 com o título “Uma presidenta fora de si”.

Embora seja inegável que as bases foram levantadas, logo no primeiro ano do governo Dilma, elas mostraram suas fragilidades com a chegada da crise de acumulação. Em consequência disto, a economia brasileira estagnou. E, como o apaziguamento da classe trabalhadora dependia da tranquilidade nos negócios, os movimentos sociais começaram a se mobilizar mesmo que forma desordenadas. Logo, a burguesia que qualificava o PT como garantidor da ordem capitalista, começou a ter desconfianças. Com o aprofundamento da crise e o acirramento do conflito distributivo, vemos o que acontece quando há uma crise de acumulação em um governo de conciliação de classes. E o que ocorre não é nada além do recorrente, a classe capitalista que estava ganhando altas taxas de lucro enquanto a democracia de cooptação estava em pleno funcionamento, quando chega a crise de acumulação continua tentando manter seus ganhos. Nestas condições, já não há mais bases para a democracia de cooptação na forma de antes e o governo de conciliação de classes chega a seu fim.

Referências Bibliográficas

BORJA, Bruno. **Estado e Sociedade Civil em Marx e Gramsci: uma controvérsia entre Norberto Bobbio e Carlos Nelson Coutinho**. Florianópolis: XIX Encontro Nacional de Economia Política, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IASI, Mauro Luis. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. In: SALVADOR, E. *et al.* (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, v. 1, p. 285-317.

_____. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Junior, 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PINTO, E. C. *et alli*. **A Guerra de Todos contra Todos: a crise brasileira**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. 2017 (Texto para Discussão, n. 006/2017)

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: Crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

VALENTE, Ivan. **O colapso da conciliação de classes**. In: MEDEIROS, J. & MARINGONI, Gilberto (Orgs.). *Cinco mil dias - O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017, p. 59-64.